

ANARQUIA OU HIERARQUIA? UM DEBATE ENTRE PARADIGMAS SOBRE A ORDEM MUNDIAL NAS TEORIAS DO SISTEMA-MUNDO

ANARCHY OR HIERARCHY? A DEBATE BETWEEN PARADIGMS ON WORLD ORDER IN WORLD-SYSTEM THEORIES

¿ANARQUÍA O JERARQUÍA? UN DEBATE ENTRE PARADIGMAS SOBRE EL ORDEN MUNDIAL EN LAS TEORÍAS DEL SISTEMA-MUNDO

Rodrigo Bueno Coimbra¹

Lucas de Morais Gualtieri²

RESUMO: Este trabalho analisa o debate epistemológico e ontológico entre as perspectivas anárquica e hierárquica na estrutura do Sistema Internacional. Partindo da terceira imagem de Waltz KN (2022), o artigo contrapõe a visão neorrealista (MORGENTHAU H, 2003; WALTZ KN, 2022; MEARSHEIMER JJ, 2001), centrada no pressuposto da anarquia estrutural, self-help e na balança de poder como mecanismo autorregulador de ordem, à perspectiva marxista crítica e da Teoria do Sistema-Mundo (COX RW, 1981; ARRIGHI G, 1994; FRANK AG, 1998). Esta última sustenta que o sistema global é intrinsecamente hierárquico, organizado por assimetrias de produção, divisão internacional do trabalho e dinâmicas de acumulação que perpetuam a desigualdade entre centro e periferia. Por meio da revisão conceitual da balança de poder e da análise de processos como os ciclos sistêmicos de acumulação e o caos sistêmico, o artigo conclui que os dois paradigmas possuem virtudes explicativas complementares: enquanto a abordagem neorrealista formaliza a previsibilidade de comportamentos e equilíbrios de poder em cenários de segurança entre grandes potências, o arcabouço marxista fornece o instrumental indispensável para historiar, criticar e desnaturalizar as estruturas materiais de dominação que sustentam a ordem mundial contemporânea.

1

Palavras-chave: Sistema Internacional. Neorrealismo. Anarquia. Hierarquia. Teoria do Sistema-Mundo.

ABSTRACT: This study analyzes the epistemological and ontological debate between anarchic and hierarchical perspectives regarding the structure of the international system. Drawing on Waltz's KN "third image," (2022) the article contrasts the neorealist view (MORGENTHAU H, 2003; WALTZ KN, 2022; MEARSHEIMER JJ, 2001), centered on the premises of structural anarchy, self-help, and the balance of power as a self-regulating mechanism of order, with the critical Marxist and World-Systems Theory perspectives (COX RW, 1981; ARRIGHI G, 1994; FRANK AG, 1998). The latter maintains that the global system is intrinsically hierarchical, organized by asymmetries in production, the international division of labor, and accumulation dynamics that perpetuate inequality between the core and the periphery. Through a conceptual review of the balance of power and an analysis of processes such as systemic cycles of accumulation and systemic chaos, the article concludes that the two paradigms offer complementary explanatory strengths: while the neorealist approach formalizes the predictability of behaviors and power balances in great-power security scenarios, the Marxist framework provides the essential tools to historicize, critique, and denaturalize the material structures of domination that underpin the contemporary world order.

Keywords: International System. Neorealism. Anarchy. Hierarchy. World-Systems Theory.

¹ Bacharel em Relações Internacionais – IBMEC-BH, Mestrando em Relações Internacionais – PUC Minas.

² Bacharel em Direito – PUC Minas, Mestrando em Relações Internacionais – PUC Minas.

RESUMEN: Este trabajo analiza el debate epistemológico y ontológico entre las perspectivas anárquica y jerárquica en la estructura del Sistema Internacional. Partiendo de la tercera imagen de Waltz KN (2022), el artículo contrapone la visión neorrealista (MORGENTHAU H, 2003; WALTZ KN, 2022; MEARSHEIMER JJ, 2001), centrada en el presupuesto de la anarquía estructural, la autoayuda (self-help) y el equilibrio de poder como mecanismo autorregulador del orden, a la perspectiva marxista crítica y a la Teoría del Sistema-Mundo (COX RW, 1981; ARRIGHI G, 1994; FRANK AG, 1998). Esta última sostiene que el sistema global es intrínsecamente jerárquico, organizado mediante asimetrías de producción, la división internacional del trabajo y dinámicas de acumulación que perpetúan la desigualdad entre centro y periferia. Mediante la revisión conceptual del equilibrio de poder y el análisis de procesos como los ciclos sistémicos de acumulación y el caos sistémico, el artículo concluye que ambos paradigmas poseen virtudes explicativas complementarias: mientras que el enfoque neorrealista formaliza la previsibilidad de los comportamientos y los equilibrios de poder en escenarios de seguridad entre grandes potencias, el marco marxista proporciona el instrumental indispensable para historiar, criticar y desnaturalizar las estructuras materiales de dominación que sustentan el orden mundial contemporáneo.

Palabras clave: Sistema internacional. Neorrealismo. Anarquía. Jerarquía. Teoría del sistema-mundo.

1 INTRODUÇÃO

Dentro do espectro teórico do campo das Relações Internacionais (RI), historicamente se destacaram quatro abordagens: o Realismo, o Liberalismo, o Construtivismo e o Marxismo, todas com origem nos campos da filosofia política e da sociologia. O presente artigo propõe realizar um debate entre as visões realista – em especial, o Neorrealismo – e marxista sobre a estrutura do Sistema Internacional (SI) de Estados. Apesar de visões antagônicas sobre a natureza humana, a estabilidade do sistema e a visão referente à natureza do papel do Estado, as duas teorias compartilham uma visão: ambas partem de uma construção teórica estabelecida naquilo que Waltz KN (2022) chamou, em “O Homem, o Estado e a Guerra”, de terceiro nível de análise, ou terceira imagem do Sistema Internacional.

Teóricos marxistas como Cox RW (1981) e Arrighi G (1994) destacam que existem restrições e imposições estruturais sobre o Sistema Internacional de Estados que, segundo os autores, formam uma ordem hierárquica mantida por dinâmicas sociais vistas como negativas, principalmente a desigualdade material entre o centro e a periferia do capitalismo global. Por outro lado, teóricos neorrealistas, como Waltz KN (2022), utilizam o conceito de anarquia para explicar os fenômenos do conflito internacional, da guerra e da paz, entendendo-os como decorrências da ausência de uma autoridade central reguladora.

Neste trabalho, as visões anárquicas são aquelas inspiradas no realismo clássico de Morgenthau H (2003) e no neorrealismo estrutural de Waltz KN (2022), que compreendem o Sistema Internacional como essencialmente anárquico e autorregulado por mecanismos como a balança de poder. Por outro lado, as visões hierárquicas, baseadas no marxismo crítico e na

teoria do sistema-mundo, veem a ordem internacional como estruturada por relações assimétricas.

A partir disso, este artigo busca responder qual abordagem – anárquica ou hierárquica – oferece melhores ferramentas teóricas para compreender efetivamente a ordem internacional contemporânea.

2 MÉTODOS

A metodologia empregada no artigo caracteriza-se como uma pesquisa teórica de caráter qualitativo, fundamentada no método hipotético-dedutivo e na revisão bibliográfica narrativa e comparativa. Com relação ao nível de análise, a investigação adota o terceiro nível de análise (ou terceira imagem), concebido por Waltz KN (2022), que toma a estrutura do Sistema Internacional como unidade principal de reflexão. Para realizar a comparação entre as teorias, os autores constroem um debate ontológico e epistemológico dividindo a literatura de Relações Internacionais em dois grandes blocos analíticos: abordagem anárquica, centrada na tradição do Realismo Clássico (MORGENTHAU H, 2003) e do Neorealismo Estrutural (WALTZ KN, 2022; MEARSHEIMER JJ, 2001), analisando o pressuposto da ausência de autoridade central, o princípio do *self-help* e o funcionamento da balança de poder, e abordagem hierárquica, pautada no Marxismo Crítico e na Teoria do Sistema-Mundo (COX RH, 1981; ARRIGHI G, 1994; FRANK AG, 1998; AMIN S, 1989), investigando a divisão internacional do trabalho, a assimetria entre centro e periferia e os ciclos sistêmicos de acumulação. Quanto à matriz histórico-conceitual, a análise contrapõe o formalismo jurídico da igualdade soberana (pós-Paz de Westfália, 1648) às condicionantes materiais e históricas da acumulação de capital global, avaliando episódios históricos – como as Guerras Napoleônicas e a ascensão/declínio de potências hegemônicas – para testar a aderência das teorias.

3

3 RESULTADOS

Os resultados do artigo demonstram que as duas abordagens teóricas, embora assentadas sobre ontologias opostas, não se anulam mutuamente, mas revelam diferentes dimensões da ordem internacional: as limitações do paradigma anárquico. O neorealismo é eficaz para explicar padrões comportamentais e equilíbrios de poder em cenários estritamente de segurança e rivalidades estratégicas entre grandes potências. Contudo, falha ao tratar os Estados como unidades homogêneas e ao ignorar as desigualdades materiais profundas que retiram a autonomia dos países periféricos. Já em relação às contribuições do paradigma hierárquico, as

teorias marxistas e do Sistema-Mundo expõem que a “anarquia formal” encobre uma hierarquia real sustentada por estruturas de produção, finanças e instituições multilaterais que reproduzem a dominação do centro sobre a periferia. A balança de poder, nessa visão, atua como um mecanismo viciado de preservação da desigualdade sistêmica. Quanto à síntese e complementaridade, a pesquisa conclui pela complementaridade analítica entre os modelos. O arcabouço neorrealista serve para formalizar e prever regularidades de comportamento estatal diante do constrangimento anárquico, enquanto a abordagem do Sistema-Mundo fornece o instrumental crítico necessário para historicizar, desnaturalizar e propor a transformação das estruturas de dominação do capitalismo global.

4 DISCUSSÃO

O SISTEMA ANÁRQUICO

A anarquia do Sistema Internacional é pressuposto básico para a compreensão das Relações Internacionais para três das quatro vertentes principais das Teorias de RI. Para os pensadores iniciais do Realismo, as explicações sobre guerra e paz estavam mais vinculadas à natureza humana, evidenciando assim ligações do trabalho de Morgenthau H (2003), por exemplo, com obras anteriores, em especial de Maquiavel N (2023) e Hobbes T (2014).

4

Na clássica obra “Política entre as Nações”, Morgenthau H (2003) argumenta que as causas do conflito internacional não estão relacionadas diretamente a lideranças inadequadas, à ausência de cooperação ou à corrida armamentista. Esse último ponto é ilustrado por Cobden R (1849), citado por Waltz KN (2022, p. 199), que afirma que “duplicar a quantidade de armas, caso todos os países fizessem o mesmo, não aumentaria a segurança de nenhum Estado; igualmente, nenhum país estaria mais ameaçado se todos reduzissem simultaneamente seus arsenais militares em 50%”.

A resposta de Morgenthau H (2003) às razões para o conflito é mais próxima da filosofia moral. Para o autor, se os estadistas não dessem ouvidos aos utópicos, procurando prevenir as guerras ou limitar seu escopo e hostilidade, negociando com todos os Estados, e não se preocupassem com qual regime seus aliados e inimigos adotam, a humanidade sofreria menos com a inevitável rivalidade entre as vontades de poder coletivas. Essa interpretação traz consigo uma moralidade realista, especialmente ao olhar para as responsabilidades do estadista. Assim, as afirmações realistas são ao mesmo tempo pragmáticas e éticas: pragmáticas porque os Estados precisam tomar conta dos interesses da coletividade que governam e éticas porque não obrigam que se deixe de levar em conta o interesse de outras coletividades.

Na ausência de um corpo político burocrático internacional com capacidade vinculante, as Relações Internacionais irão reproduzir em seu próprio campo aquilo que a sociedade reproduzia na ausência do Estado, ou seja, uma abstração teórica na filosofia política chamada de “Estado de Natureza”. Na visão do realismo clássico, a política de poder estava, portanto, ligada à própria natureza humana. Waltz KN (2022) considera que a explicação fornecida por Morgenthau H (2003) é pertencente ao primeiro nível de análise, pois está associada a características inerentes da própria natureza humana.

Embora reconhecida por sua funcionalidade estrutural no caso Neorrealista e sua capacidade explicativa de forma ampla, a lógica da anarquia recebe críticas dos teóricos marxistas e do Sistema-Mundo em razão de uma alegada falha em considerar as desigualdades estruturais que atravessam o sistema internacional. É justamente essa crítica que será abordada na próxima seção.

O SISTEMA HIERÁRQUICO

A perspectiva hierárquica nas teorias marxistas e do Sistema-Mundo é representada dentro de um espectro que vai desde uma possibilidade alternativa de interpretação passível de ser acomodada, como sustentado por Cox RW (1981), até uma ruptura radical com o paradigma anárquico dominante nas relações internacionais. Ao contrário do que propõem os realistas e neorrealistas – para os quais os Estados são formalmente iguais e interagem em um sistema desprovido de autoridade central –, os autores marxistas argumentam que o Sistema Internacional é intrinsecamente hierárquico, sustentado por estruturas de produção desiguais, formas de diferenciação nas capacidades materiais e apropriação diferencial do valor no capitalismo global. Neste contexto, a política mundial não pode ser explicada apenas pela anarquia formal entre os Estados, mas deve ser compreendida também com uma segunda camada que não é horizontal, como a igualdade formal inaugurada desde a Paz de Westfália, em 1648, mas também por uma camada vertical (hierárquica), como sustenta Cox RW (1981), em relação às diferentes capacidades materiais e ideológicas que mantêm e reproduzem uma ordem mundial com características de estrutura hierárquica e não anárquica.

Embora existam muitos autores relevantes dentro dessa tradição, este trabalho vai focar principalmente nas contribuições de Arrighi G (1994) e Frank AG (1998). Cada um, a seu modo, busca historicizar o Sistema-Mundo capitalista e evidenciar como a integração global das economias ocorre de maneira desigual e estruturalmente hierárquica. No cerne dessa visão está a crítica à ideia de que a globalização representa uma integração harmônica dos mercados; pelo

contrário, trata-se de um processo seletivo e excludente, que reforça a dominação do centro sobre a periferia.

Arrighi G (1994) se afasta da leitura anárquica do sistema internacional, ao propor uma interpretação histórica das dinâmicas de poder e dominação no capitalismo global, estruturada a partir da sucessão de ciclos sistêmicos de acumulação. Em “The Long Twentieth Century”, Arrighi G (1994) reconstrói a história do capitalismo como uma série de “longas durações” articuladas em torno de potências hegemônicas que, em cada ciclo, exercem uma liderança capaz de organizar simultaneamente as formas predominantes de produção, circulação e regulação das relações internacionais. Esses ciclos são constituídos por fases de expansão material, seguidas de períodos de financeirização e declínio hegemônico. Os principais ciclos identificados por Arrighi G (1994) – Gênova (século XV), Províncias Unidas (século XVII), Reino Unido (século XIX) e Estados Unidos (século XX) – evidenciam um padrão em que o centro sistêmico migra geograficamente, ao mesmo tempo em que transforma qualitativamente a natureza da hegemonia. Nesse sentido, a ordem internacional não é definida apenas por fatores político-militares, como sustentam os realistas, mas por formas complexas de articulação entre capital, Estado e organização sistêmica do poder.

A hegemonia, para Arrighi G (1994), não deve ser confundida com supremacia coercitiva. Ao contrário, ela implica a construção de um consenso internacional em torno de um regime de acumulação que se apresenta como universalmente benéfico, ainda que produza assimetrias estruturais. Essa hegemonia é exercida por meio de instituições financeiras, normas comerciais e dispositivos ideológicos que legitimam a dominação sem a necessidade permanente do uso direto da força. O papel do dólar e do sistema financeiro internacional após Bretton Woods, por exemplo, é interpretado por Arrighi G (1994) como parte do regime de comando norte-americano sobre a economia-mundo capitalista, especialmente na fase de financeirização e declínio do ciclo estadunidense. Em vez de operar com base em uma anarquia constante e homogênea entre Estados soberanos, o Sistema Internacional funciona como uma hierarquia dinâmica, cuja forma se redefine em função das crises do capital e das respostas institucionais articuladas pelas potências dominantes.

É nesse contexto que Arrighi G (1994) introduz o conceito de caos sistêmico. Ao contrário da concepção realista de anarquia como condição estrutural perene do sistema internacional, o caos sistêmico corresponde a momentos específicos de transição histórica, nos quais o regime hegemônico entra em colapso e as formas de coordenação global se tornam inoperantes. Esses períodos são caracterizados por uma intensificação das rivalidades

interestatais, colapsos financeiros, desintegração de instituições multilaterais e multiplicação de conflitos geopolíticos. A passagem do Reino Unido para os Estados Unidos, por exemplo, foi precedida por duas guerras mundiais e uma profunda transformação nas estruturas de produção, finanças e legitimidade global. O caos, portanto, não é entendido como desordem anárquica permanente, mas como intervalo de instabilidade entre formas distintas de ordem hierárquica.

O ponto fundamental aqui é que, para Arrighi G (1994), o Sistema Internacional não alterna entre ordem e desordem por ausência de uma autoridade superior, mas sim entre formas de dominação relativamente estabilizadas e fases de crise estrutural, nas quais novas configurações de hegemonia e hierarquia são disputadas. O colapso da hegemonia não implica o colapso da hierarquia, mas sua reconfiguração. Assim, a análise de Arrighi G (1994) oferece um instrumental teórico que não apenas reconhece as desigualdades estruturais entre centro e periferia, mas também permite compreender os mecanismos pelos quais essas desigualdades são historicamente produzidas, reproduzidas e eventualmente transformadas. Ao deslocar o foco da anarquia formal para a instabilidade histórica das formas hegemônicas, Arrighi G (1994) contribui decisivamente para a compreensão da hierarquia como dinâmica estrutural do Sistema-Mundo capitalista.

Frank AG (1998) também oferece uma crítica poderosa à visão anárquica do Sistema Internacional ao propor, desde a década de 1960, uma abordagem centrada na dependência estrutural da periferia em relação ao centro capitalista. Em suas primeiras formulações, como em “Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina”. Frank AG (2025) sustenta que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento, como sugeria o paradigma liberal, mas uma condição estrutural gerada pela inserção subordinada das economias periféricas no sistema capitalista mundial. Tal inserção não ocorre entre Estados formalmente iguais em competição anárquica, mas entre unidades funcionalmente diferenciadas em uma ordem global hierarquizada, na qual o centro se apropria sistematicamente dos excedentes produzidos na periferia, por meio de mecanismos comerciais, financeiros e tecnológicos.

Essa leitura se aprofunda em “ReORIENT: Global Economy in the Asian Age”, obra em que Frank AG (1998) rompe explicitamente com o eurocentrismo não apenas da teoria liberal, mas também de grande parte do marxismo ocidental. O autor argumenta que o sistema mundial antecede o surgimento da Europa moderna e deve ser compreendido como uma totalidade interconectada desde pelo menos o século XVI ou mesmo antes, com base em circuitos comerciais asiáticos que formaram uma economia-mundo centrada na China. Nesse modelo, a dominação não é imposta apenas por meio da força, mas consolidada por redes de

dependência econômica, monetária e produtiva que atravessam fronteiras estatais e se estabilizam em padrões de polarização duradoura. Frank AG (1998) questiona, portanto, a própria noção de que o Sistema Internacional é constituído por unidades soberanas autônomas, argumentando que desde sua origem moderna o capitalismo opera a partir de posições estruturais assimétricas, em que as elites centrais e periféricas cumprem funções sistêmicas distintas.

Ao destacar a posição funcional da periferia na divisão internacional do trabalho, Frank AG (1998) contribui para a crítica da explicação realista das alianças interestatais. Alianças entre países centrais e periféricos – como entre Estados Unidos e Brasil ou Arábia Saudita – não se explicam apenas por cálculos de segurança ou equilíbrio de poder, mas pelo papel que esses países cumprem na sustentação do sistema mundial. Em muitos casos, essas alianças operam como mecanismos de delegação estratégica, nos quais as elites periféricas são cooptadas para desempenhar funções regionais de estabilização política, controle de fluxos comerciais e garantias de segurança energética ou financeira. Isso indica que a anarquia formal entre Estados encobre hierarquias estruturais profundas, que se expressam tanto nos termos da dependência econômica quanto na subordinação geopolítica funcional.

A contribuição de Frank AG (1998) é, portanto, dupla: de um lado, historiciza a origem e o desenvolvimento do Sistema-Mundo, deslocando o foco da centralidade europeia e revelando padrões sistêmicos de dominação transcontinentais; de outro, fornece uma base empírica e teórica para compreender a persistência da desigualdade global como produto de uma estrutura hierárquica funcional e não como falha ou ausência de coordenação entre unidades soberanas. Nesse sentido, sua abordagem reforça a crítica marxista à visão anárquica do Sistema Internacional ao demonstrar que, sob a superfície da soberania estatal e da competição interestatal, opera uma lógica duradoura de subordinação estrutural que confere ao capitalismo mundial sua capacidade de adaptação e reprodução.

Todos esses autores convergem para uma crítica à ontologia anárquica das RI: para eles, o Sistema Internacional não pode ser reduzido a uma pluralidade de Estados iguais em status jurídico, pois essa igualdade formal encobre desigualdades materiais profundas, enraizadas em estruturas de produção e reprodução globais. A hierarquia é constitutiva, não acessória.

Essa visão também reconfigura o papel do Estado. Ao invés de ser visto como um ator soberano isolado, o Estado aparece como nó em uma rede de relações transnacionais, atravessado por forças sociais internas e externas. Amin S (1989), por exemplo, argumenta que os Estados periféricos estão inseridos em um sistema que limita sua capacidade de escolha

soberana, pois as exigências do capital internacional impõem condicionalidades que moldam suas políticas econômicas e sociais.

Essa abordagem também leva a uma reformulação da ideia de hegemonia. Ao contrário da interpretação puramente militar ou diplomática, comum no realismo, a hegemonia aqui é vista como um “encaixe” entre poder material, ideologia dominante e instituições internacionais, conforme argumenta Cox R (1981). Assim, as instituições multilaterais não são neutras ou meros canais de cooperação, mas operam como mecanismos de reprodução da hegemonia global, naturalizando a hierarquia vigente.

Em suma, a abordagem hierárquica marxista estabelece que a chamada anarquia internacional é, na verdade, uma construção conceitual que torna as relações internacionais um conjunto estruturado com vencedores e perdedores do capitalismo global. O Sistema-Mundo é moldado por desigualdades, que atravessam o Estado, a economia e a cultura, e que exigem uma abordagem teórica capaz principalmente de historicizar e imaginar, se possível, uma ordem internacional alternativa.

Essa compreensão hierárquica do Sistema Internacional oferece uma leitura alternativa à anarquia realista e também pode redefinir os próprios termos em que se pode pensar sobre ordem, mudança e poder nas relações internacionais. Diante disso, tendo exposto os fundamentos da perspectiva hierárquica, torna-se possível contrapor sistematicamente as duas abordagens, explorando suas capacidades explicativas e implicações normativas, para investigar até que ponto a anarquia estrutural explicada pelos realistas, ou a hierarquia sistêmica proposta pelos marxistas, oferece melhores ferramentas para compreender o funcionamento e a transformação da política mundial contemporânea.

O DEBATE ENTRE ANARQUIA E HIERARQUIA

Um ponto de discordância importante entre os realistas e os marxistas se revela quanto à universalidade no tempo e no espaço da política de poder. Morgenthau H (2003) afirma que a política internacional é a disputa pelo poder e essa disputa é universal no tempo e no espaço. Waltz KN (2002, p. 96) concorda com Morgenthau H (2003) nesse aspecto, quando afirma que “a textura das relações internacionais permanece altamente constante, os padrões reaparecem, os eventos repetem incessantemente”. Tal fato está correlacionado com a ideia de anarquia, que seria o fato que induz a repetição desses comportamentos através dos tempos.

Entretanto, o conceito da anarquia para todos os realistas, independentemente das variações, se assemelha a essa construção teórica da filosofia política, que explica a origem do

Estado. A questão se complica quando se chega à conclusão de que na arena internacional não existe algo semelhante ao que significa o Estado na arena doméstica. A História mostra vários exemplos em que as principais potências, mesmo possuindo o poder de fato, optam por confiar em arranjos internacionais que deveriam limitar o potencial de a anarquia levar ao caos. O mais emblemático exemplo histórico talvez tenha sido a indecisão da Inglaterra e da França no período anterior à Segunda Guerra Mundial, o “*buck-passing*”, observado por Mearsheimer JJ (2001), que permitiu que Hitler acumulasse poder suficiente para declarar guerra contra o continente em pouco menos de uma década após assumir o poder na Alemanha.

Além da indecisão das duas potências da Europa ocidental, o organismo internacional (Liga das Nações), concebido para justamente impedir a eclosão de outra guerra mundial, falhou de forma clara, rápida e decisiva, talvez por não possuir a compreensão adequada sobre a estrutura anárquica do Sistema Internacional.

Na ausência desse árbitro ou juiz com a capacidade e o poder de regular os conflitos, os Estados precisam levar em conta que “na anarquia, não existe harmonia automática” (WALTZ KN, 2022, p. 198). Portanto, torna-se condição primordial para o Estado que ele esteja sempre alerta e apto a usar a força, ou então pagará o preço da fraqueza. Essa consequência da estrutura anárquica do sistema leva os Estados a possuírem a tendência de agir em *self-help*.

10

Toda ação política, seja individual ou coletiva, é motivada por esse autointeresse. Essa condição egoísta está profundamente incrustada na natureza humana. Entretanto, é prudente relembrar que o realismo é menos dogmático do que pode parecer, quando o próprio Waltz KN (2022) diz que a compreensão sobre os três níveis de análise é fundamental para tentar compreender as relações internacionais ou, como sustenta Wohlforth W (2008, p. 133), “a expressão desse egoísmo pode ser exacerbada, moderada e talvez até suprimida por estruturas políticas internas ou internacionais, instituições e valores”.

Essa abordagem menos dogmática do realismo também guarda semelhanças com a abordagem marxista levantada por Cox RW (1981), que pressupõe do próprio analista maior maleabilidade teórica. Segundo o autor, “por lidar com uma realidade em mudança, a teoria crítica deve ajustar continuamente seus conceitos ao objeto em mudança que busca compreender e explicar” (COX RW, 1981, p. 15).

De acordo com os neorrealistas, a anarquia é tão condicionante para o SI que seria impossível a própria existência de uma Teoria de Política Internacional (WALTZ KN, 2002) que não a levasse em conta. Para a teoria neorrealista ter sentido, é necessário reconhecer a

anarquia do sistema como uma condição ontológica específica que irá condicionar a forma como os Estados irão se portar perante os demais.

Segundo Wohlforth W (2008), a anarquia corresponde à ausência de uma autoridade superior capaz de exercer controle sobre as unidades políticas. Em outras palavras, no plano internacional, não há um governo central que estabeleça e faça cumprir leis e regras comuns. Diante dessa condição anárquica, os Estados tendem a agir segundo seus próprios interesses, priorizando a autopreservação e a maximização de poder. Para que esse padrão de comportamento fosse superado, seria necessário que ao menos uma de duas hipóteses se confirmasse. A primeira seria a adoção do modelo proposto por Kant I (1975), em seu ensaio “Paz Perpétua”, que propunha a criação de uma federação internacional com funções semelhantes às de um superestado global, dotado de prerrogativas e competências semelhantes às de um Estado-nação soberano desde o Tratado de Westfália (1648). Importa destacar, contudo, que Kant I (1975) não defendia propriamente um governo mundial, mas sim um arcabouço jurídico supranacional que submetesse a anarquia internacional ao império da lei, exigindo dos Estados um compromisso com princípios morais universais. Para isso, seria necessário um entendimento comum sobre o que é bom e justo, orientado pelo imperativo categórico. Como explicam Strauss L e Cropsey J (2013, p. 527), “Kant denomina imperativo categórico o fato de que um homem deve agir apenas de acordo com o critério de tornar universal a sua ação – o imperativo que liga categórica e universalmente, não apenas hipoteticamente ou com vistas a certas circunstâncias, às necessidades ou fins ligados à ação”.

II

Na prática, o ideal kantiano de uma federação internacional jamais se concretizou. O exemplo mais próximo de sua realização talvez tenha sido o processo de criação e consolidação da União Europeia. Contudo, mesmo esse projeto encontrou crescentes resistências nos últimos anos, refletidas no fortalecimento de correntes políticas contrárias à globalização, tanto à direita quanto à esquerda dos espectros políticos dos Estados-membros. Essas tensões culminaram, em 2016, na saída do Reino Unido do bloco europeu – episódio conhecido como Brexit. A fragilidade dessa união entre os Estados europeus já havia sido antecipada pelo filósofo Rousseau J (2008), que observou que os laços que sustentam a Europa são frágeis e fortuitos. Como afirmou o autor, “na ausência de alguma regra segura que a oriente, a razão está fadada, em todos os casos de dúvida, a obedecer aos ímpetus do interesse individual” (ROUSSEAU J, 2008, p. 46). A segunda proposição admitiria que algum Estado pudesse acumular tamanho poder material que conseguisse alterar a anarquia internacional para a hierarquia internacional. A maioria dos autores que trabalha com essa visão se liga ao marxismo.

Esse raciocínio – segundo o qual a anarquia poderia ser superada pela concentração de poder – abre espaço para leituras mais estruturais do sistema internacional, como aquelas propostas pelos teóricos do Sistema-Mundo e do marxismo.

Ao contrário da hipótese kantiana de superação da anarquia pela via institucional ou normativa, os teóricos do Sistema-Mundo e do marxismo propõem que a transição para uma ordem hierárquica internacional não depende da acumulação de poder estatal isolado, mas sim da reorganização das estruturas materiais e ideológicas que sustentam a ordem mundial. Arrighi G (1994; 2007) argumenta que os momentos de transição no sistema interestatal não ocorrem pela imposição unilateral de um Estado hegemônico, mas pela exaustão das formas dominantes de acumulação e coordenação – o “caos sistêmico”.

Como já mencionado, o caos sistêmico corresponde a um período de crise prolongada e desorganização da ordem mundial, caracterizado por conflitos interestatais, disputas geoeconômicas, colapsos institucionais e mudanças na lógica de reprodução do capital. Para Arrighi G (1994), tais momentos de descontinuidade não são simples acidentes, mas expressões históricas das contradições do capitalismo global, que se acumulam ao longo de cada ciclo hegemônico até atingirem um ponto de inflexão. Em sua análise, Arrighi G (1994) identifica quatro grandes ciclos sistêmicos de acumulação – Gênova (séculos XV-XVI), Províncias Unidas (século XVII), Reino Unido (séculos XVIII-XIX) e Estados Unidos (século XX) –, cada qual iniciado por um período de expansão produtiva e inovação organizacional, seguido por uma fase de financeirização, perda de dinamismo econômico e crescente instabilidade geopolítica.

Cada ciclo possui traços singulares, relacionados às formas institucionais adotadas, à natureza dos agentes dominantes e aos padrões de legitimidade utilizados para sustentar a hegemonia. O ciclo genovês foi liderado por uma oligarquia mercantil-financeira que atuava de forma indireta, integrando-se ao poder imperial espanhol. Já o ciclo holandês inaugurou uma hegemonia de maior protagonismo estatal e nacional, com as Províncias Unidas combinando poder naval, controle do comércio internacional e uma sofisticada arquitetura financeira. O ciclo britânico, por sua vez, representou a consolidação de uma hegemonia industrial, ancorada na Revolução Industrial, na colonização global e na construção de instituições liberais internacionais. Por fim, o ciclo norte-americano organizou sua hegemonia em torno da produção fordista, da dominação monetária via dólar e de um sistema multilateral baseado em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar das diferenças institucionais e regionais, os quatro ciclos compartilham certos padrões estruturais: todos culminam em uma fase de financeirização excessiva, na qual os lucros passam a ser extraídos prioritariamente por meio de mecanismos financeiros e não da produção industrial; todos enfrentam crises de legitimidade, nas quais a potência hegemônica perde sua capacidade de oferecer bens públicos internacionais ou articular consensos globais e todos se encerram com períodos de instabilidade sistêmica, nos quais emergem novas potências e novos modelos de acumulação em disputa. Esses padrões revelam que a transição entre ordens globais não se dá por mera substituição de lideranças, mas envolve transformações profundas nas estruturas de poder, nos regimes de regulação e nas formas de dominação ideológica que sustentam a hierarquia internacional.

Em vez de buscar um “superestado global”, como sugere Kant I (1975), os marxistas propõem pensar a transformação da ordem mundial a partir da articulação de forças sociais contra-hegemônicas e do redesenho das estruturas de produção, redistribuição e legitimidade. Cox R (1981), ao incorporar a noção gramsciana de hegemonia como “consenso construído sobre dominação”, propõe que uma nova ordem internacional só será possível quando houver uma transformação simultânea nas capacidades materiais, nas ideias dominantes e nas instituições transnacionais. Nesse sentido, a passagem da anarquia para a hierarquia não é apenas um problema de força, mas de projeto histórico.

13

Essa crítica marxista à anarquia como ponto de partida neutro permite compreender a ordem internacional não como ausência de governo, mas como presença de controle quase imperial. Ainda assim, é precisamente essa ausência de autoridade central que os teóricos realistas e neorrealistas continuarão a identificar como a característica definidora do sistema internacional. Retomando agora essa perspectiva, é possível examinar como Waltz KN (2022) constrói sua teoria da anarquia estrutural e da ordem emergente entre Estados soberanos.

A melhor explicação sobre a anarquia internacional no sistema vem da obra de Waltz KN (2002), que faz uma analogia com a teoria microeconômica para explicar que a busca por segurança de cada Estado no sistema seria tão benéfica quanto a competição dos agentes econômicos em um livre mercado, em que a chamada “mão invisível” consegue alocar recursos de forma satisfatória. Os Estados competindo por segurança tornarão o sistema mais estável, pois não existe confiança entre eles. Essa busca acaba gerando alguns constrangimentos sistêmicos com relação à margem de manobra que os Estados terão para alcançar seus objetivos. Pode parecer contraintuitivo, mas no plano internacional a anarquia consegue gerar um certo

tipo de ordem, que será mais bem explicitada no desenvolvimento do conceito de balança de poder e suas implicações em um sistema anárquico.

Dentro do cânone realista, três dos quatro principais pilares concernentes à comparação teórica que este artigo pretende realizar já foram explicados: a visão negativa direcionada à natureza humana, herdada principalmente do trabalho do filósofo político Hobbes T (2014); o conceito de anarquia no Sistema Internacional e o conceito de *self-help*. Falta explicar o conceito de balança de poder.

A construção teórica da balança de poder desenvolvida por Waltz KN (2022) é relevante por quatro fatores: primeiramente, a teoria consegue prever com um elevado grau de acertos comportamentos que se repetem ao longo do tempo, mesmo entre unidades com diferenciação política, econômica, social e cultural. Além disso, a balança de poder sobrevive a alterações na distribuição de poder entre os Estados. Em terceiro lugar, está intimamente ligada ao debate entre anarquia e hierarquia. Por fim, é capaz de temperar e moderar a expectativa dos atores.

A balança de poder é um aprofundamento um tanto quanto natural dos demais pilares do realismo defensivo, uma vez que sua declaração básica é no sentido de que os Estados buscam, antes da maximização do poder, a conservação das suas respectivas posições no sistema. Isso se reflete na própria ontologia percebida pelos realistas. A teoria leva o nome de realismo não apenas por ser uma herdeira da *Realpolitik* maquiavélica e da *Raison d'Etat* do Cardeal Richelieu, mas pela forma com que os realistas encaram a própria filosofia da ciência. Afinal, “o realismo está comprometido até o fim com a ideia de que afirmações teóricas verdadeiras (interpretadas literalmente como descrições de uma realidade independente da mente) constituem conhecimento sobre o mundo” (CHAKRAVARTTY A, 2017, on-line).

14

Essa posição exprime uma tendência geral de que a balança de poder preserve e mantenha o *status quo*. Uma das críticas articuladas por Cox RW (1981) é justamente essa, afinal, marxistas como ele não diferenciam teoria e práxis, e tomam a teoria também enquanto ideologia.

Portanto, autores marxistas como Cox RW (1981), Amin S (1989) e Frank AG (1998) oferecem uma leitura distinta, que enxerga a balança de poder não como mecanismo neutro de estabilidade, mas como instrumento de reprodução da desigualdade sistêmica.

Enquanto para os realistas a balança de poder representa um mecanismo autorregulador da anarquia internacional – capaz de gerar ordem, previsibilidade e estabilidade sistêmica –, os teóricos marxistas e do Sistema-Mundo interpretam esse conceito como um dispositivo ideológico que naturaliza as desigualdades estruturais da ordem internacional.

Segundo Cox R (1981, p. 13), as teorias que explicam a balança de poder como uma regularidade sistêmica “são sempre para alguém e para algum propósito”. A própria ideia de que os Estados reagem racionalmente à concentração de poder alheio presume uma homogeneidade funcional entre as unidades do sistema, ignorando que grande parte dos Estados periféricos carece de autonomia material para operar de forma estratégica. Como mostram Arrighi G (1994) e Frank AG (1998), o Sistema Internacional não é composto por unidades equivalentes, mas por centros e periferias com diferentes graus de inserção, dependência e funcionalidade dentro da lógica da acumulação global.

Autores como Frank AG (1998) apontam que a balança de poder é uma abstração que ignora os circuitos reais de poder e dependência que conectam economias centrais e periféricas. Em “ReOrient”, Frank AG (1998) mostra que o sistema mundial é orientado por fluxos de capital, comércio e trabalho, que não respeitam a divisão formal entre Estados, mas operam com base em redes transnacionais de dominação econômica. A balança de poder, nesse sentido, seria um conceito aplicável apenas às potências do centro, incapaz de explicar a subordinação estrutural dos países do Sul Global.

Portanto, em vez de uma balança neutra entre unidades soberanas, os autores marxistas veem o Sistema Internacional como uma balança viciada, na qual os pesos e contrapesos já estão dados pelas estruturas desiguais de produção, circulação e apropriação do valor. A estabilidade obtida pela balança é, em última instância, a estabilidade da desigualdade.

Essa crítica à balança de poder como instrumento de naturalização das desigualdades conduz à retomada das origens desse conceito, com o objetivo de entender como ele foi concebido historicamente e de que modo sua formulação original já continha pressupostos normativos sobre ordem e estabilidade.

Uma das primeiras formulações sobre a balança de poder remonta aos escritos do filósofo moral britânico Hume D (2013), que em seus escritos observou, por diversas vezes na Antiguidade, situações em que dinâmicas semelhantes às posteriormente identificadas por Waltz KN (2002) ocorreram. Uma das passagens destacadas pelo autor identifica a situação em que Políbio elogia a conduta do rei de Siracusa, por ajudar os Cartagineses a resistir ao poder do Império Romano. Nesse contexto, é dita a célebre frase: “nunca é correto ajudar uma potência a adquirir uma predominância que a torne irresistível” (BUTTERFIELD H, 1968, p. 132).

As observações de Hume D (2013), embora interessantes, refletiam um mundo em que o conceito não podia ser aplicado com exatidão. As formações de poder do período eram limitadas, em sua maioria, pelo menos, em alcance geográfico. Mesmo Maquiavel N (2014), reconhecido

como o fundador do Realismo Político e da Ciência Política moderna, estava escrevendo em um contexto anterior à própria unificação da Itália. Havia reinos, repúblicas e ducados que disputavam o poder naquela região e frequentemente eram estabelecidas alianças entre esses polos de poder para balancear o poder do outro, como a posição de Veneza no conflito entre Florença e Milão, explicitada na seguinte citação de Butterfield H (1968, p. 132): “tentar garantir, primeiro, que o conflito se prolongue o suficiente para enfraquecer ambos os lados e, em segundo lugar, que ele os deixe relativamente equilibrados em termos de força”.

Porém, a balança de poder assumiria a sua forma moderna e atual em decorrência do Tratado de Westfália (1648), que estabeleceu os princípios básicos do Estado Moderno e também é entendido como o marco zero das Relações Internacionais enquanto campo de estudo. Logo, apenas a partir de então se poderia dizer da existência efetiva de um Sistema Internacional e, portanto, de uma balança de poder.

Para garantir que a paz na Europa não fosse novamente ameaçada por outra disputa religiosa entre católicos e protestantes, e para limitar as possibilidades de que o mais forte dos países europeus construísse elementos para buscar um domínio hegemônico, consolidou-se esse modelo da balança de poder.

O primeiro grande desafio enfrentado pelo novo Sistema Internacional foi, sem dúvida, o ciclo das Guerras Napoleônicas (1803-1815). Nesse período, o impulso expansionista e hegemônico da França entrou em choque com sucessivas coalizões formadas pelas demais potências europeias, que buscavam preservar o equilíbrio de poder estabelecido. No curto prazo, Napoleão conseguiu impor sua força sobre essas alianças e desestabilizar a ordem vigente baseada na balança de poder. Como explica Aron R (2002), Napoleão passou a sonhar com o domínio da Europa a partir de certo momento, pois lhe parecia insuficiente ser reconhecido como o grande general, perante o mundo. Nem mesmo quando foi homenageado por Clausewitz, que o chamou de “o deus da guerra em pessoa”, isso pareceu satisfazê-lo. Para o autor, a ambição de Napoleão não era de aparências, já que ele sabia que nenhum Estado poderia impor em relação aos outros, a longo prazo, sem possuir os meios para coagi-los.

No fim, foi justamente a incapacidade de alcançar poder suficientemente grande para coagir os demais Estados europeus que levou Napoleão à ruína. Como o próprio Aron R (2002) coloca mais adiante, os demais países tiveram muita dificuldade, inicialmente, em se opor a um Estado revolucionário que não respeitava as regras clássicas da diplomacia. Mas no fim a coalizão liderada pela Inglaterra e pela Rússia derrotou Napoleão e fez valer o Sistema Internacional ancorado no modelo da balança de poder. Esse paradigma perdurou até o início

do século XX, quando houve a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e uma nova configuração sistêmica começou a surgir.

Dada a centralidade do conceito de balança de poder e sua relação de simbiose com o Realismo e sua configuração anárquica do Sistema Internacional, era importante ressaltar o histórico do conceito. O passo seguinte é avaliar suas características.

Um dos trunfos da balança de poder, até mesmo reconhecido por críticos como Cox RW (1981), é sua utilidade como ferramenta preditiva de padrões de comportamento estatal diante de constrangimentos estruturais semelhantes no contexto anárquico do Sistema Internacional. A lógica subjacente é que, ao se depararem com circunstâncias comparáveis às enfrentadas por outros Estados no passado, os Estados tendem a adotar respostas semelhantes. Um exemplo contemporâneo disso é o debate sobre o declínio da ordem unipolar estabelecida após o fim da Guerra Fria (1945-1991), centrada na hegemonia dos Estados Unidos. Muitos analistas projetam que essa transição poderia resultar no retorno a uma configuração bipolar de poder, análoga à que existiu entre EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no século XX. Ainda que existam diferenças significativas entre a China atual e a antiga URSS – em termos ideológicos, econômicos e institucionais –, a posição estrutural que ambas ocupam ou ocuparam frente à potência hegemônica seria comparável: a de desafiante sistêmico em um cenário de polarização crescente.

17

Alterações na distribuição de poder entre os Estados também não são, por si só, capazes de alterar a estrutura do sistema para quebrar a existência da balança de poder. O vertiginoso crescimento econômico do Brasil na primeira década do século XX, por exemplo, não foi capaz de alterar de forma significativa a equação de poder que vigorava naquele período.

A balança de poder ocupa posição-chave no debate entre anarquia e hierarquia, porque ela só faz sentido partindo de um sistema anárquico. Em um sistema hierárquico, não haveria os incentivos nem os constrangimentos necessários para que o comportamento de equilíbrio de poder seja o esperado. Enquanto um trabalha com uma igualdade horizontal entre os Estados, o outro lida com uma desigualdade vertical de decisões *top-down*.

No entanto, essa capacidade preditiva da balança de poder é contestada por autores marxistas, que argumentam que tal regularidade só faz sentido se desconsideradas as desigualdades estruturais do Sistema Internacional.

Ainda que o conceito de balança de poder possa prever padrões de comportamento entre grandes potências, ele deixa de ser aplicável quando se reconhece a existência de hierarquias

estruturais que moldam os próprios incentivos estatais. Nesse sentido, autores do Sistema-Mundo propõem uma leitura crítica do conceito, como se verá a seguir.

Ao afirmar que a balança de poder só faz sentido em um sistema anárquico, os realistas presumem a existência de uma horizontalidade funcional entre Estados. No entanto, essa suposição é radicalmente contestada pelos autores marxistas, para os quais o Sistema Internacional é estruturado por relações verticais de dominação. Nesse cenário, a lógica da balança de poder deixa de ser uma explicação empírica e torna-se um instrumento normativo que legitima o funcionamento desigual do sistema.

Arrighi G (1994) argumenta que a hierarquia do Sistema-Mundo capitalista se consolida historicamente por meio de ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais potências centrais organizam as estruturas econômicas e institucionais da ordem internacional em benefício próprio. Cada ciclo hegemônico não apenas redefine as formas de dominação econômica e financeira, mas também impõe normas, padrões e instituições que moldam a atuação dos demais Estados. Cox R (1981) complementa essa leitura ao sustentar que a ordem internacional é mantida por uma tríade de forças materiais, ideias e instituições, articuladas de forma a reproduzir os interesses e a primazia dos centros de poder. Assim, em vez de uma arena anárquica de unidades soberanas formalmente iguais, o Sistema Internacional aparece como um campo hierárquico no qual alianças, rivalidades e reequilíbrios são condicionados por assimetrias estruturais persistentes. A noção de que todos os Estados teriam incentivos equivalentes para conter rivais ou balancear ameaças, como propõe a lógica neorrealista, perde aderência empírica diante da permanência de blocos de poder que controlam fluxos financeiros, cadeias produtivas e regimes de inovação.

18

Além disso, o próprio mecanismo da balança de poder pode ser reinterpretado como uma forma de gestão da hierarquia. Coalizões não surgem para equilibrar poder em nome da estabilidade coletiva, mas para conter autonomias periféricas, controlar bens estratégicos ou garantir a continuidade do regime de acumulação dominante. A aliança entre Estados Unidos e Arábia Saudita, por exemplo, não se explica apenas pelo balanceamento de ameaças, mas pela reprodução de um sistema energético-financeiro global (AMIN S, 1989).

Ao final, a crítica marxista não nega que existam equilíbrios e coalizões no Sistema Internacional, mas contesta a ideia de que essas dinâmicas são produto de uma competição entre iguais. A balança de poder, em um sistema hierárquico, é menos uma regra sistêmica do que um instrumento político a serviço da manutenção das assimetrias.

Por fim, a balança de poder em um ambiente anárquico consegue proporcionar um certo tipo de ordem, como dito anteriormente, devido a uma capacidade intrínseca relacionada à anarquia. Na Ciência Política, compreende-se tradicionalmente que o uso da força seria a *ultima ratio*, ou seja, nas palavras de Gasset O (2015), citado por Johnson C (1966, p. 13), “a submissão da prévia dá força aos métodos da razão”. Nas Relações Internacionais, como lembra Waltz KN (2022, p. 158), a força não é apenas a última, mas também a “primeira, e constante”.

Essa possibilidade perene do uso da força, ao menos enquanto o Sistema Internacional de Estados continuar existindo, tem um efeito benéfico. Como sustenta Waltz KN (2022), a moderação das expectativas e exigências dos Estados é um incentivo extra para a resolução de conflitos sem recorrer diretamente à guerra. Afinal, a pressão de um Estado sobre o outro, caso seja feita sem a devida cautela e prudência, pode levar ao conflito. Torna-se necessário, então, calcular se os ganhos possíveis valem os riscos envolvidos. Dito de outra forma: sim, a anarquia produz no Sistema Internacional um certo tipo de ordem.

5 CONCLUSÃO

O debate entre anarquia e hierarquia no Sistema Internacional ultrapassa uma simples divergência terminológica, pois envolve concepções ontológicas e epistemológicas distintas sobre a natureza da ordem mundial, seus fundamentos históricos e suas possibilidades de transformação. As visões anárquicas, fundamentadas no realismo e no neorrealismo, oferecem uma leitura racionalista do comportamento estatal, priorizando a segurança, a soberania e a autopreservação como vetores centrais da ação internacional. Nessa perspectiva, a balança de poder aparece como mecanismo estruturante da estabilidade sistêmica e a anarquia é tomada como condição imutável da política global.

Já as visões hierárquicas, oriundas do marxismo crítico e das teorias do Sistema-Mundo, partem da constatação de que a forma histórica do Sistema Internacional não é neutra, mas uma expressão de relações materiais, ideológicas e institucionais, como diz Cox RW (1981), extremamente assimétricas. Nessa perspectiva, o sistema capitalista global não apenas convive com a anarquia formal entre os Estados, mas se estrutura a partir de hierarquias que se expressam na divisão internacional do trabalho, nas cadeias de valor, nas instituições multilaterais e na reprodução ideológica do capitalismo. A estabilidade, nesse contexto, não representa harmonia funcional, mas perpetuação de desigualdades estruturais entre centro e periferia.

O percurso deste artigo demonstrou que as duas abordagens, ainda que divergentes, não são necessariamente excludentes. A anarquia pode descrever a ausência de autoridade central, mas não deve ser interpretada como ausência de ordem. Da mesma forma, a hierarquia pode coexistir com o formalismo jurídico da soberania estatal, revelando os limites materiais da autonomia periférica. Ao explorar o contraste entre a lógica autorreguladora da balança de poder e a crítica à desigualdade estrutural formulada pelas teorias críticas, observa-se que ambas as abordagens lançam luz sobre aspectos relevantes do Sistema Internacional contemporâneo, mas também apresentam pontos cegos que merecem ser problematizados.

A escolha entre anarquia e hierarquia como paradigma interpretativo depende, em última instância, da pergunta que se pretende responder. Se o foco for descrever padrões de comportamento entre grandes potências em cenários de segurança estratégica, o realismo oferece modelos mais competentes, já testados inúmeras vezes ao longo da História.

São teorias especialmente eficazes naquilo que diz respeito à previsibilidade de equilíbrios de poder intrinsecamente instáveis e à racionalidade das alianças interestatais. No entanto, se a preocupação for compreender as estruturas de reprodução do capitalismo global, as formas de dependência econômica e os limites sistêmicos ao desenvolvimento periférico, as abordagens marxistas e do Sistema-Mundo oferecem um arcabouço teórico robusto e também eficiente.

20

O mérito das teorias anárquicas está em sua capacidade de formalização e previsão, enquanto o das teorias hierárquicas reside na sua vocação para a crítica e transformação. Por isso, talvez a alternativa mais frutífera não seja escolher entre uma ou outra, mas reconhecer a complementaridade potencial entre ambas: utilizar o instrumental analítico do realismo para mapear regularidades comportamentais e, ao mesmo tempo, adotar a lente crítica do marxismo para desnaturalizar as estruturas que tornam essas regularidades possíveis. Afinal, como bem lembra Cox R (1981), toda teoria é feita para alguém e para algum propósito – e reconhecer os propósitos embutidos em cada paradigma é fundamental.

REFERÊNCIAS

AMIN S. Eurocentrismo: Crítica de uma ideologia. São Paulo: Boitempo, 1989; 216p.

AMIN S. The Challenge of Globalization. Review, 1996; 3(2): 216-259.

ARRIGHI G. The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times. London: Verso, 1994; 400p.

ARRIGHI G. Adam Smith em Pequim. São Paulo: Boitempo, 2007; 430p.

ARON R. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Universidade de Brasília, IPRI/FUNAG, 2002; 936p.

CHAKRAVARTTY A. 2017. Scientific Realism. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/scientific-realism/>. Acesso em: 16 jun. 2026.

COX RW. Forças Sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. Oikos, 1981; 20(2).

FRANK AG. Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina. Florianópolis: Insular, 2025; 428p.

FRANK AG. ReOrient: Global Economy in the Asian Age. Berkeley: University of California Press, 1998; 352p.

GASSET O. A Rebelião das Massas. Campinas: Vide Editorial, 2015; 364p

HOBBS T. Leviatã. São Paulo: Martin Claret, 2014; 544p.

HUME D. Ensaios Morais, Políticos e Literários. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2013; 850p.

JOHNSON CA. Revolutionary Change. Boston: Little & Brown Company, 1966; 191p.

KANT I. A Paz Perpétua: um projeto filosófico. Petrópolis: Vozes, 1975; 87p.

KISSINGER H. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014; 432p.

MAQUIAVEL N. O Príncipe. Barueri: Garnier, 2014; 96p.

MEARSHEIMER J. The Tragedy of great power politics. New York: W.W. Norton & Company, 2001; 555p.

MORGENTHAU H. A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, IPRI/FUNAG, 2003; 936p.

ROUSSEAU J. A Lasting Peace Through The Federation of Europe. Zurique: ISN, 2008; 28p.

STRAUSS L, CROPSEY J. A História da Filosofia Política. São Paulo: Forense Universitária, 2013; 888p.

WOHLFORTH W. Realism. In: REUS-SMIT C, SNIDAL D (eds). The Oxford Handbook of International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2008; 131-149.

WALTZ KN. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2022; 344p.

WALTZ KN. O Homem, O Estado, e a Guerra. Uma Análise Teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2022; 332p.

WIGHT M. Diplomatic Investigations: Essays on Theory of International Politics. Oxford: Oxford University Press, 1968; 227p.